

A VOZ DO NOME E O NOME DA VOZ: AS DENOMINAÇÕES DAS COLIGAÇÕES NAS ELEIÇÕES PARA PREFEITO NO BRASIL EM 2012 E 2016

HILBERT DAVID DE OLIVEIRA SOUSA¹;
ÁLVARO AUGUSTO DE BORBA BARRETO²

¹ Universidade Federal de Pelotas – UFPel – hdos01@yahoo.com.br

² Universidade Federal de Pelotas – UFPel – albarret.sul@terra.com.br

1. INTRODUÇÃO

Este resumo objetiva relatar o desenvolvimento do projeto de dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFPel, que tem como tema as coligações formadas nas eleições municipais, especificamente, as constituídas para disputar o cargo de prefeito em todos os municípios brasileiros nos pleitos de 2012 e 2016.

As coligações fazem parte da estrutura formal do sistema eleitoral brasileiro pelo menos desde os anos 1950, quando foram disciplinadas no Código Eleitoral, muito embora haja registro de que sejam praticadas desde a República Velha. Após terem sido proibidas também por meio de lei durante a vigência da ditadura militar (Código Eleitoral de 1965), elas foram reestabelecidas em 1985, e desde então têm sido autorizadas pela legislação e amplamente adotadas pelos partidos.

Considerada a legislação vigente, coligações podem ser definidas como o acordo formal – devidamente registrado e chancelado pela Justiça Eleitoral – entre dois ou mais partidos políticos com a finalidade de disputar uma eleição, seja majoritária, seja proporcional. Este estudo refere-se, exclusivamente, às coligações formadas para o cargo de prefeito, que são tratadas como autônomas e distintas daquelas formadas para a disputa do pleito proporcional (vereador, no caso).

A formação de coligações é uma prática muito comum entre os partidos políticos brasileiros, quase a regra. Como destaca KINZO (2004), as coligações são prática disseminada em todos os níveis - do nacional ao municipal -, para todos os cargos, e todos os partidos recorrem às coligações, independentemente de sua dimensão ou linha ideológica.

Apenas na eleição de 2012, temos que cada candidato a prefeito era apoiado, em média, por 4,94 partidos. Em uma amostra composta pelos 10 partidos que elegeram as maiores bancadas na Câmara dos Deputados no pleito de 2010 (PP, DEM, PR, PTB, PMDB, PSDB, PPS, PDT, PSB e PT), verifica-se que todos apresentaram índices superiores a 94% de participação em coligação e foram apenas cerca de 2 mil candidatos avulsos no conjunto das eleições municipais, ou seja, que concorreram apenas com o apoio de seu próprio partido (menos de 0,5 candidato por município, em média) (DANTAS, 2013).

As coligações têm se constituído como um importante campo de estudo no âmbito da Ciência Política brasileira e têm atraído a atenção de diversos pesquisadores. Os estudos sobre as coligações eleitorais fornecem elementos tanto para uma ciência política centrada em uma ótica institucionalista, quanto para uma sociologia política, mais preocupada em detectar as conexões da dinâmica socioeconômica com as organizações e instituições políticas. (KRAUSE, 2005).

Como aponta KRAUSE (2010), uma das linhas de pesquisa sobre o tema versou sobre a “qualidade da representação” com estudos concentrados nas eleições proporcionais e seu impacto sobre a representação política como SOARES (1964,

2001), OLIVEIRA (1973), SOUZA (1976) e LIMA JÚNIOR (1983), que se concentraram no período 1946-1964.

Outra linha de pesquisa sobre o tema se volta à análise da dimensão ideológica das coligações, o que atraiu a atenção dos pesquisadores especialmente no período pós-85, caso de SCHMITT (1999). Por fim, figuram os estudos que consideram o impacto e a influência do Poder Executivo no sistema partidário brasileiro, que se voltam a estudar a influência do Poder Executivo nacional e estadual na dinâmica das coligações, fenômeno chamado por muitos cientistas políticos de ‘governismo’ (KRAUSE, 2010).

A proposta de investigação ora desenvolvida recai sob um aspecto das coligações para prefeito para o qual não encontramos registro na literatura da área. Trata-se do olhar sobre “as denominações das coligações” e a perspectiva de, por meio da análise desse aspecto, lançar luzes sobre novos elementos da questão.

De algum modo, os nomes com os quais as coligações são batizadas têm sido tomados como um dado sem importância ou valor pela Ciência Política, de tal forma que não mereceu estudo específico até então. No entanto, a denominação de uma coligação não é um aspecto acessório, pois a legislação determina que ela tenha nome próprio. Embora essa mesma legislação permita que este nome seja a mera junção das siglas que a compõem (Lei 9.504, art. 6º, §1º), os partidos corriqueiramente preferem dar um nome próprio às coligações.

Ainda que se possa imaginar que essa escolha tenha pouca importância para os partidos e seja decidida sem a devida reflexão, sendo apenas uma “marca” ou um “slogan” com a qual eles vão se apresentar ao eleitor, os indícios apontam fortemente para o contrário: a escolha dos nomes não é aleatória e tem nítido interesse político de produzir efeitos no pleito. Não foi por acaso que, em 2009, por meio da Lei 12.034, a classe política acrescentou o art. 1-A à Lei 9.507, que impede a denominação da coligação de coincidir, incluir ou fazer referência a nome ou número de candidato, bem como conter pedido de voto para partido político.

Neste sentido, partindo do pressuposto que as denominações das coligações formadas para a disputa do cargo de prefeito não são atribuídas de forma aleatória ou, ao contrário, podem ser associadas a características específicas das disputas em análise, o estudo objetiva identificar a quais características elas estão associadas.

Assim sendo, a relevância e a justificativa da proposta decorrem tanto da necessidade de se aprofundar os estudos sobre as coligações eleitorais, em particular aquelas formadas nas disputas majoritárias no âmbito municipal, bem como do caráter original que ela possui ao se propor a estudar um aspecto das coligações eleitorais que até então não foram objeto de reflexão.

2. METODOLOGIA

A pesquisa proposta tem um duplo caráter. De um lado, um caráter exploratório uma vez que se propõe a realizar um estudo empírico sobre um aspecto das coligações eleitorais, no caso suas denominações, para o qual não foi encontrado na bibliografia disponível nenhum estudo que as investigue sob esta perspectiva e com a mesma amplitude. De outro lado, um caráter explicativo na medida em que objetiva identificar a existência de associação entre as denominações das coligações e características específicas dos pleitos em análise.

Para responder ao problema de pesquisa recorremos a técnicas de análise qualitativa e quantitativa que permitem identificar, classificar e analisar as denominações utilizadas pelas coligações eleitorais para prefeito nos pleitos de 2012

e de 2016, e recorremos, ainda, a fontes bibliográficas e documentais, bem como à utilização de dados primários e secundários.

Será organizado um Banco de Dados com dados referentes às candidaturas para o cargo de prefeito nas eleições de 2012 e 2016 em todos os municípios do Brasil, cujas solicitações de registro foram deferidas e considerando-se apenas as eleições ordinárias e as candidaturas apresentadas no 1º turno. Para tanto, utilizaremos os dados disponibilizados pelo TSE em seu “Repositório de dados eleitorais”, aos quais serão apuradas e agregadas uma série de variáveis, tais como: tipo de partido líder da coligação, tipo de liderança, posição no eixo ideologia, posição no eixo governismo, distribuição territorial das coligações (municipal, estadual e regional), porte eleitoral e populacional dos municípios.

No que concerne ao tratamento dos dados textuais (as denominações das coligações) este será realizado utilizando-se da ferramenta de análise NVIVO, que permite a classificação e síntese de conteúdos textuais, tais como a construção de distribuições de frequência dos termos utilizados nas denominações, sua codificação e classificação a partir de categorias pré-estabelecidas e definidas *in vivo*, a construção de nuvens de palavras, mapas de cluster, etc. Após a classificação e aglutinação das denominações, o tratamento estatístico dos dados e os testes de associação serão realizados utilizando-se o software SPSS.

A agregação de variáveis aos dados primários referentes às coligações tem como objetivo possibilitar a verificação da eventual influência de fatores específicos que são analisados nos estudos sobre coligações eleitorais, como os que consideram a dimensão ideologia ou a posição no eixo governismo, por exemplo.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa encontra-se, ainda, em desenvolvimento e tão somente foram realizados alguns testes exploratórios com dados referentes ao pleito de 2012. Desta forma, de um universo (segundo o TSE) de 15.127 candidaturas à prefeito, identificamos a existência de cerca de 12.100 coligações às quais foram atribuídas denominações específicas, ou seja, não se limitam a relacionar as siglas das legendas, o que representa aproximadamente 80% do total de candidaturas apresentadas.

Com relação ao pleito de 2016, ainda segundo o TSE, foram registradas e consideradas como aptas, um total de 15.797 candidaturas à prefeito. Desta forma, se aplicado o mesmo percentual apurado inicialmente para o ano de 2012, estima-se que teremos, então, cerca de 12.600 candidaturas em coligações às quais foram atribuídas denominações específicas, o que faz com que tenhamos aproximadamente 24.700 unidades de análise no período abarcado pela pesquisa.

Ainda com base nos dados referentes ao pleito de 2012 e utilizando-se do software NVIVO, foram realizados alguns testes exploratórios com os dados textuais, ou seja, com os termos utilizados na composição das denominações das coligações. Assim, após a exclusão das referências aos nomes dos municípios, preposições e outros termos considerados não-significativos, os termos utilizados na composição das denominações das coligações foram classificados inicialmente em 10 categorias sintéticas, que abarcaram mais 50% do total de termos utilizados. São as seguintes as categorias sintéticas: Mudança, União, Éticos/Religiosos, Progresso/Futuro, Força, Povo, Continuidade, Trabalho, Frente e Democracia.

4. CONCLUSÕES

As atividades desenvolvidas até o momento não permitem, ainda, qualquer conclusão, senão que a metodologia proposta - que foi utilizada na realização de testes exploratórios -, demonstrou-se viável para a realização do trabalho de pesquisa, muito embora ainda necessite de alguns ajustes.

Desta forma, a continuidade do trabalho ocorrerá com a construção do banco de dados utilizando os dados referentes aos dois pleitos em análise, a partir do que será possível realizar as adequações necessárias das categorias de classificação inicialmente estabelecidas, a fim de que possam contemplar a diversidade de denominações utilizadas nos dois pleitos, bem como para identificar a existência de associações dos termos sintetizados com as características específicas dos pleitos.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Código eleitoral anotado e legislação complementar**. 11. ed. – Brasília: Tribunal Superior Eleitoral, Secretaria de Gestão da Informação, 2014. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/legislacao/codigo-eleitoral/codigo-eleitoral-1/sumarios/sumario-codigo-eleitoral-lei-nb0-4.737-de-15-de-julho-de-1965>>. Acesso em: 02 maio 2015.

DANTAS, H. Eleições municipais 2012 e o padrão de coligação entre os partidos para a disputa de prefeituras. **Cadernos Adenauer**, Rio de Janeiro, v.15, n.2, jun. 2013, p.127-145.

KINZO, Maria D'Alva Gil. Partidos, eleições e democracia no Brasil pós-85. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.19, n.54, fev. 2004, p.23-40.

KRAUSE, Silvana. Uma análise comparativa das estratégias eleitorais nas eleições majoritárias (1994 - 1998 - 2002): coligações eleitorais X nacionalização dos partidos e do sistema partidário brasileiro. In: KRAUSE, Silvana e SCHMITT, Rogério (Org.). **Partidos e coligações eleitorais no Brasil**. Rio de Janeiro; São Paulo: Konrad-Adenauer-Stifung; UNESP, 2005, p.115-141.

KRAUSE, Silvana. Coligações: o estado e os desafios da arte. In: DANTAS, Humberto; KRAUSE, Silvana; MIGUEL, Luis Felipe (Org.). **Coligações partidárias na nova democracia brasileira**: perfis e tendências. Rio de Janeiro; São Paulo: Konrad-Adenauer-Stifung; UNESP, 2010, p.9-21.

LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil. **Partidos políticos brasileiros: a experiência federal e regional -1945/1964**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

OLIVEIRA, Isabel Ribeiro de. Notas sobre o comportamento das coligações eleitorais no Brasil (1950-1962). **Dados**, Rio de Janeiro, n.10, 1973, p.166-183.

SCHMITT, Rogério. **Coligações eleitorais e sistema partidário no Brasil**. 1999. Tese (Doutorado em Ciência Política). Iuperj, Rio de Janeiro.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. **A Democracia interrompida**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. Alianças e coligações eleitorais: notas para uma teoria. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**. Belo Horizonte (17), jul. 1964, p.95-124.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. **Estado e partidos políticos no Brasil (1930-1964)**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.